



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente do México, Felipe Calderón Hinojosa, após cerimônia de assinatura de atos

Cidade do México - México, 06 de agosto de 2007

Jornalista: Boa tarde, senhores Presidentes. Nós sabemos que o governo brasileiro está muito interessado em lançar, a partir de setembro, quando haverá a reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas, um processo de negociação sobre a reforma do Conselho de Segurança. Eu gostaria de saber se o governo brasileiro pode esperar, do novo governo mexicano, uma mudança nas suas posições no apoio ao projeto de reforma apresentado pelo G-4, que reúne o Brasil, a Índia, o Japão e a Alemanha, e se o Brasil também poderia contar com o apoio do México para o seu ingresso como membro permanente do Conselho de Segurança. Gostaria de ouvir os comentários do senhor, presidente Lula, a respeito dessas inquietudes, dessas aspirações do Brasil.

Presidente: Eu posso responder primeiro, o presidente Calderón faz os comentários. Mas, então, você tinha que dizer: a pergunta é para o presidente Calderón. Você não disse. Obviamente que, como anfitrião, eu tenho que aceitar que nós temos uma divergência, vamos ser francos. Primeiro, eu acredito que a grande maioria dos países do mundo, hoje, tem consciência de que é preciso haver uma reforma nas Nações Unidas. Não é possível que, 60 anos depois, as Nações Unidas funcionem da mesma forma que quando foi criada. O mundo político não é mais o mesmo, o mundo econômico não é mais o mesmo e o mundo geográfico não é mais o mesmo. Portanto, exige mudanças profundas.



Segundo, a primeira decisão que temos que ter na ONU é: se vamos fazer a mudança ou se não vamos fazer a mudança. Isso não foi decidido ainda e aí tem várias visões, por exemplo, Brasil, Alemanha, Japão e Índia têm uma visão. Na África, tem países que têm visões diferenciadas e, por isso, não chegaram a um acordo. Aqui, na América Latina, o México tem uma posição diferente da do Brasil, a Argentina tem uma posição diferente da do Brasil, e nós achamos que é assim mesmo, porque é um tema polêmico, é um tema difícil. Vou dizer para vocês: a China não quer que o Japão entre, a Itália não quer que a Alemanha entre. Certamente, aqui na América Latina, tem o Brasil, o México, a Argentina e outros países que teriam o desejo de participar.

Então, qual é a sugestão que nós temos feito? Primeiro, nós temos que decidir, na ONU, que nós queremos mudar a regra do jogo na organização das Nações Unidas. Começa pelo Conselho de Segurança, mas tem várias outras instituições, dentro da ONU, que têm que ser mudadas e democratizadas. Na hora em que você decidir se vai mudar, aí você começa a discutir quais os países que vão entrar. E aí, todos nós estaremos subordinados ao voto democrático da maioria dos delegados. A única coisa que eu tenho certeza, que não pode continuar como está, é a forma de organização das Nações Unidas. É preciso que os países mais importantes, em cada continente, estejam representados no Conselho Permanente. Não é possível nós termos, em 2007, o mesmo Conselho que foi criado há dezenas de anos, quando o mundo político era totalmente outro, quando nós tínhamos a Guerra Fria, ou seja, precisa, então, se modernizar. A sociedade vive dos avanços que ela conquista na sua modernização e as Nações Unidas, portanto, precisa se modernizar. Este é um assunto tão delicado que nem o presidente Calderón nem eu discutimos nesta minha visita de Estado. Certamente, essa delicadeza não vai proibir que um dia tenhamos uma reunião, quem sabe na sede das Nações Unidas, numa próxima visita dele ao Brasil, ou quem sabe numa próxima visita minha aqui. Você pode ficar certo de que no momento em que



tivermos que decidir o México será um país com o qual nós iremos conversar com muita profundidade sobre isso, da mesma forma que a Argentina.

Mas, de qualquer forma, é esse o pensamento: nós achamos que é imprescindível a reforma do Conselho de Segurança da ONU, para que a gente possa garantir que as decisões da ONU sejam cumpridas definitivamente. É acabar com esse absurdo de alguém ter direito de veto. Na democracia, você coloca uma coisa em votação, vota-se, quem ganhou leva, não pode ficar um país tendo direito de veto sobre o outro. É uma posição que nós temos discutido longa e exaustivamente mas, por uma questão de *finesse* política, nós não discutimos com o presidente Calderón, nesta minha visita, esse assunto do Conselho de Segurança da ONU.

Jornalista: Boa tarde, presidentes. Os senhores apresentaram números, boas intenções, boas perspectivas de crescimento mútuo. O presidente Lula chegou, inclusive, a cobrar ousadia dos empresários brasileiros para aumentar o intercâmbio comercial entre os países. Mas existe uma série de problemas de infra-estrutura no Brasil que precisam ser solucionados, para evitar que atrapalhe este e outros processos de integração com outros países. Me refiro à deficiência dos portos brasileiros, é o exemplo mais conhecido e antigo, e, mais recentemente, à questão da crise aérea. Eu queria fazer uma pergunta para o senhor, Presidente: existe alguma intenção, alguma perspectiva de mudanças na diretoria da Anac?

Presidente: Obviamente que eu tenho que tratar com o mesmo carinho a pergunta que eu vou responder e aquela que não vou responder. Mas eu não posso discutir a Anac aqui no México. Queria pedir desculpas a você. Faz uma semana que tomou posse o ministro da Defesa, a Anac tem mandato por lei e esse é um assunto que discutirei com o ministro Nelson Jobim quando eu chegar lá, porque nós precisamos ver o seguinte: eu estou convencido de que



o Brasil resolverá os seus problemas de infra-estrutura, e foi por isso que nós criamos o PAC, foi por isso que nós estamos colocando 504 bilhões de reais, o equivalente a 252 bilhões de dólares, para a gente, até 2010, atacar grande parte dos problemas de infra-estrutura. Agora, as mudanças políticas, quando voltar para o Brasil você me pergunta e eu, com imenso prazer, te responderei.

Jornalista: (inaudível)

Presidente: O valor com que a Pemex é tratada aqui no México, ou seja, no fundo, no fundo, não é diferente do tratamento que nós, brasileiros, damos à Petrobras no Brasil. Ou seja, eu acho que todas as empresas de petróleo no mundo, elas, hoje, funcionam como se fossem verdadeiras deusas da garantia energética dos países. Daí o meu reconhecimento do amor que o povo brasileiro tem à Petrobras e, certamente, do amor que o povo mexicano tem à Pemex.

Primeiro, a Petrobras tem interesse em fazer parcerias com a Pemex. Assinamos acordos na área de ciência e tecnologia. Agora, é importante, presidente Calderón, afirmar que a Petrobras não dará nenhum passo que transgrida o marco legal existente no México. Isso é condição *sine qua non* para que a conversa entre dois chefes de Estado, de dois países, se dê com a maior respeitabilidade e com a maior tranquilidade.

Eu penso que poderíamos fazer experiências de produção conjunta em terceiros países. O que é importante é que nós temos que avaliar as condições, primeiro de financiamento de cada empresa, de investimento em novas tecnologias e, ao mesmo tempo, de projeção de existência de petróleo nos poços que estão sendo explorados. Porque tanto no Brasil quanto em qualquer lugar do mundo, na hora em que você vai tirando o petróleo, há uma tendência de ir diminuindo, e você precisa cavar um novo poço para achar mais petróleo.



E, agora, mais importante ainda na questão do gás, que passou a ser uma matriz energética importante.

De forma que a Petrobras demonstrou esse interesse, queremos trabalhar juntos, queremos discutir juntos. Agora, faremos tudo aquilo que for determinado pela lei mexicana e pela decisão do governo do México. Nada além disso.

Com relação ao etanol, o Brasil trabalha a tecnologia do etanol há 30 anos e, há muitos anos, toda a gasolina brasileira, toda ela, utiliza 25% de etanol. Agora, fizemos um carro chamado *flex-fuel*, em que o tanque pode ser 100% gasolina, 100% etanol, 50% etanol, 50% gasolina. A mistura dos combustíveis fica por conta do cliente e, hoje, 85% dos carros vendidos no mercado brasileiro são *flex-fuel*. Eu acho que se metade do que se fala e se escreve sobre o aquecimento global for verdade, os biocombustíveis serão inexoráveis, irreversíveis, é apenas uma questão de tempo, porque eu não acredito que a humanidade será irresponsável de continuar estragando o único planeta que nós temos e que sabemos que nos dá a vida. A produção de etanol, primeiro, gera muitos empregos, o etanol é muito menos poluente e, ao mesmo tempo, na hora em que você planta a cana-de-açúcar e ela está crescendo, ela está sequestrando o carbono que os carros estão jogando para a atmosfera.

Mas nós achamos que é preciso pensar outro tipo de biocombustível. No Brasil, em 1º de janeiro de 2008, nós iremos introduzir 2% de biodiesel no óleo diesel e queremos introduzir 5%, depois 10%, 15% e, por que não sonhar em ter caminhões apenas utilizando biodiesel no Brasil? Temos território e queremos fazer tudo isso sem criar nenhum problema com a segurança alimentar do nosso País e do mundo. É importante afirmar que o problema de 800 milhões de seres humanos passando fome no mundo, hoje, não é por falta de produção de alimentos. É por falta de recursos para comprar alimentos.



E quando nós pensamos em biocombustíveis, nós pensamos para a América Latina, nós pensamos para a África. Hoje, 20 países atendem toda a necessidade de petróleo do mundo. Apenas 20 países atendem a necessidade de petróleo do mundo todo. Com os biocombustíveis, você pode chegar a 120 países, ou seja, você vai gerar muito mais distribuição de riquezas. Então, estamos trabalhando nisso, achamos que é um passo gigantesco que a humanidade vai dar, achamos que é uma forma de os países ricos contribuírem com os países pobres, comprando os biocombustíveis fabricados nesses países, e achamos que, quem sabe o século XXI seja o século em que os países africanos tenham a sorte de se desenvolver que não tiveram nos séculos XX, XIX, XVIII e XVII. Quem sabe seja o século histórico do continente africano.

Por último, a questão do México e do Mercosul. Todo mundo aqui sabe que nós temos interesse em ter, primeiro, uma relação bilateral com o México a mais forte possível. Acho que Brasil e México ainda não estão utilizando, do ponto de vista da relação bilateral, 30% do potencial que nós temos para utilizar. E obviamente que o Brasil é uma porta importante para o México adentrar no Mercosul e, ao mesmo tempo, nessa aproximação do México com o Mercosul nós trabalhamos para um dia ter o México como sócio do Mercosul. Isso leva tempo, é preciso trabalho, cumprimento de regras, mas eu estou convencido que se falamos quase que a mesma língua, ou seja, entendemos pelo menos aquilo que queremos entender e não entendemos aquilo que não queremos entender. E tenho ouvido do presidente Calderón a idéia de que a relação com o Norte é necessária economicamente, ela está consolidada, mas o México tem importância demais para a América Latina para não olhar um pouquinho com o coração, com a cabeça e com a capacidade de investimento que tem para a América Latina tão carente, que está aqui tão próxima de nós.



Se México e Brasil trabalham a integração da América Latina e da América do Sul, esse desenvolvimento pode resultar no crescimento do nosso continente neste século.